

Discurso de Posse na Presidência da Fundação Joaquim Nabuco

1 de junho de 2015

Paulo Rubem Santiago Ferreira

Minhas senhoras e meus senhores, de antemão peço-lhes perdão por iniciar minhas palavras nesse ato com a recuperação de alguns aspectos econômicos importantes de nossa recente conjuntura. Será apenas uma breve introdução.

Caros companheiros e companheiras, prestes a completar 126 anos de nação republicana, nosso país enfrenta sérios desafios. Considero que nosso projeto de nação soberana está seriamente ameaçado, por fatores externos e internos, quando o mundo clama por novos valores, métodos de construção e sustentação da democracia e de efetiva promoção da igualdade e dos direitos humanos para os povos de todas as nacionalidades.

Em entrevista recente à edição digital da Revista FORUM, o professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP, Márcio Pochmann, alertou-nos para o predomínio da visão de curto prazo na análise e na proposição de soluções para os mais graves problemas que enfrentamos. Suas palavras me remeteram a Celso Furtado, quando em 1994 nos deixou a magnífica obra intitulada “**Brasil: A construção interrompida**”. Nela, o mestre paraibano, cidadão do mundo, nos alertava para a progressiva perda da soberania e da autonomia de nossa nação frente aos movimentos do capital, que já se desenhavam desde os anos de 1970, e se consolidavam naquilo que o mesmo Furtado, referindo-se aos mercados financeiros, apontava como a mais elaborada máquina de geração de riquezas e de concentração de poder e de capital, ao escrever “**O Capitalismo Global**”, em 1998.

No ano seguinte, em 1999, o Brasil se rendeu definitivamente aos dogmas da financeirização da economia e aos seus modelos de estabilidade monetária, ao adotar o tripé câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário, sustentáculo de um conjunto de interesses travestidos de ciência exata, com linguagem matemática universal, panaceia que João Sicsú, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Gerson Lima, da Universidade federal do Paraná, entre outros, com aguda clareza, cuidaram de desvelar ao escreverem **“Emprego, Juros e Câmbio”** e **“Economia, Dinheiro e Poder Político”**, respectivamente.

Com a reforma monetária do Plano Real, a partir de 1994, o país havia aderido progressivamente à tese do Estado Mínimo, alienando patrimônio num ambicioso programa de R\$ 100 bilhões em privatizações. Cinco anos depois, a partir de 1999, veio o outro lado, com a adesão submissa às teses do Estado Mínimo no campo das finanças e o sequestro da política econômica e de seu braço fiscal a favor da dívida pública, consolidando o predomínio da esfera financeira nas contas nacionais.

Como disse, não pretendo cansá-los com discursos econômicos e a partir daqui faço a travessia para onde estamos hoje.

Por anos esse Estado Mínimo, alienado e alienante, abdicou de sua soberania e do fortalecimento das ferramentas de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas. Mesmo com a retomada dos investimentos em educação, a partir de 2007, a arquitetura monetária e cambial de 1999 permanece até hoje. Expandiram-se, é fato, as IFES e os IFETs e a FUNDAJ realizou concurso público, mas ainda hoje, com escassez de quadros técnicos, se encontra a léguas de distância de sua plena capacidade contributiva ao país e ao nordeste.

Mesmo assim, a Fundação Joaquim Nabuco resiste, teimosa, constrói, reforma, amplia e se insere, com coragem, nos campos da formação, da pesquisa, da cultura, do patrimônio e da memória, com a disposição de quem não abre mão de pensar e fazer uma nação soberana e seu desenvolvimento regional, com direitos humanos, ainda que se veja fragmentada em suas atividades fins. Chego a esta Casa para somar na direção do esforço emancipatório e do convergente.

Em 35 anos de vida pública, a acomodação, a conveniência, a omissão, a inércia e as facilidades da caminhada jamais deixaram uma só marca em meu trajeto. Pelo contrário. Associei-me a muitos que nadaram várias vezes contra as correntezas da unanimidade, a tantos que, anos e anos antes do atual cenário, já defendiam reforma política ampla e democrática, combate preventivo e estrutural à secular corrupção, a mais antiga parceria público-privada da história da humanidade. Fiz-me discípulo de Paulo Freire e Celso Furtado, por compreender o caráter desvelador de seus estudos, de suas reflexões e proposições que apresentaram ao país e ao mundo.

Neste momento somos chamados a responder a antigos desafios e às novas demandas. Aos que conduzem hoje as políticas de ajuste fiscal é preciso dizer que fortalecer a FUNDAJ é fortalecer a capacidade deste país de pensar, preservar seu patrimônio cultural, pesquisar sua realidade, revelando suas entranhas e determinações, em busca de respostas e pilares para a estruturação de políticas públicas transformadoras, capazes de superar os indicadores desiguais e as seculares formas de dominação e opressão. Até um dia desses, por 322 anos, fomos colônia de Portugal, como outros povos o foram, da Espanha, da Holanda e da Inglaterra.

Antes nos levaram minérios, açúcar, café e produtos primários, ainda hoje fortemente presentes em nossa pauta de

exportações. Nossos piores indicadores educacionais originam-se exatamente disso, não se iludam, e estão presentes sobretudo nessas regiões produtoras, consequências dos modelos de ocupação dos territórios, da escravidão como força-de-trabalho na extração de nossos recursos naturais, do destino que as metrópoles nos impuseram com a colonização desde o começo do século XVI. Hoje os novos colonizadores, os fundos financeiros e as criminosas agências de risco, como bem expressou Luiz Gonzaga Belluzzo meses atrás, nos tentam impor caminhos, regras e notas, para que sigamos submissos aos interesses do capital financeiro, passivos, como fonte de riquezas a serem extraídas do tesouro nacional também, e sobretudo, pelo domínio e na preferência pela moeda como valor de uso.

Nada é, porém, no curso da história, imutável, intocável, insuperável. Para incidirmos na mudança da História, por isso, é necessário compreender as engrenagens e estratégias de dominação do capital financeiro, patrono do Estado Mínimo, com o pensamento único dominante na mídia, como revelou Paula Puliti, em sua Tese de Doutorado, na Escola da Comunicação da USP, publicada com o título **“O juro da notícia”**.

Na construção dessa jornada de desafios que se coloca para todos nós na FUNDAJ, representada pela proposta de um novo plano de desenvolvimento institucional, a educação e a cultura foram entrelaçadas como metas integradas e, na primeira, ressalta-se a implantação do novo Plano Nacional de Educação, de cuja proposta participei, intensamente, no Congresso Nacional.

Com a chegada do novo PNE, assumem evidência para a pesquisa inúmeros focos, dos quais destaco: o financiamento e a qualidade dos gastos em educação; a gestão da escola e dos sistemas educacionais; o protagonismo de discentes e da comunidade na vida escolar e na elaboração de seu projeto

pedagógico nos territórios e nas economias locais e regionais onde se insere, entre outros temas.

É preciso pesquisarmos as consequências nos resultados educacionais dos gigantescos gastos atualmente feitos com insumos tecnológicos e digitais (tabletes e notebooks) sem qualquer processo de consulta às escolas, sem interface com seus diagnósticos de desempenho e seus projetos político-pedagógicos, como lhes assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente, a Lei 9394/1996.

Além disso, é preciso pesquisar e responder, analisando as contas públicas e as escolhas tributárias dos entes da federação (sim, elas existem, não são neutras nem ingênuas) por que não se valorizam os professores? Mesmo sob a vigência de leis que lhes asseguram piso salarial nacional, antecedidas por emendas constitucionais que sustentam a formação de fundos e sua distribuição compartilhada entre os entes da federação.

É necessário pesquisar, saber e revelar por que planos públicos de educação, quase sempre, chegam de paraquedas às casas legislativas, sem que se reconheçam, valorizem e adotem como propostas para os mesmos, aquelas construídas por fóruns e mecanismos democráticos de participação, com a presença de educadores, entidade acadêmicas e movimentos sociais da educação.

Uma escola pública municipal de 1ª a 4ª série é igual, na lei, a qualquer outra, em Quipapá (PE) ou em Santarém (PA), em Araguaína (TO) ou em São Borja (RS), mas totalmente diferente no tocante ao meio-ambiente, ao território social e econômico em que se insere. Nisso reside o desafio de formularmos projetos singulares de educação, embora em sintonia com a perspectiva emancipatória no plano estadual e nacional. Por isso, é estratégica, ao lado dos novos desafios, a necessidade de

construirmos novas respostas aos antigos problemas, como a construção de uma política educacional específica para o campo brasileiro e, em particular, para o semi-árido.

Sobre isso a edição do “Jornal do Commercio” deste domingo, 31 de maio, revelou, em matéria do jornalista Emanuel Andrade, publicada na página 2, como entra a caatinga no olhar dos educandos daquela região. Resposta revelada em livro intitulado “ A caatinga no imaginário infantil”, da pesquisadora Glaide Pereira Silva, do curso de Pedagogia e da Plataforma Paulo Freire, da Universidade Estadual da Bahia. Tem razão a pesquisadora em seus questionamentos sobre *“que tipo de ecologia estamos disseminando entre essas mentalidades que estão nos primeiros anos de existência”*. Estamos atrasados nesse desafio, portanto, de construir uma escola e um projeto de políticas educacionais adequados à realidade do semiárido e formulados de modo a tornar a escola e o acesso à educação de qualidade ferramentas emancipatórias nesse território e nessas comunidades.

A FUNDAJ tem patrimônio científico nesse campo e saberá responder a esse desafio integrando educação, cultura, ciência e tecnologia. Por isso, os antigos modelos de sua estruturação interna darão lugar a novos diálogos, com a formação de novos coletivos, o consórcio e a renovação de competências para novas investidas na pesquisa e na formação, à luz de novos programas institucionais.

Vejo, por isso também, nesses campos, imensos desafios. E a consolidação do Sistema Nacional de Cultura é o maior deles, em seus diversos eixos, da formação na gestão das políticas públicas à preservação do patrimônio e da memória, da produção à circulação de bens culturais. Lancemo-nos, pois, à pesquisa sobre a situação das políticas culturais nos municípios e nos estados deste país. Vamos dissecar os orçamentos públicos do incentivo

à cultura, frente à concentração de receitas e fomento nas regiões sul e sudeste, campo farto de escolhas privadas, com dinheiro público, à luz do marketing, em detrimento da esfera pública e das políticas estruturais de estado na cultura. Por que gastamos tanto em eventos, de forma volátil? No Carnaval, no São João, nas festas de padroeiras e nos aniversários das cidades, enquanto bibliotecas, acervos e espaços culturais inexistem, enquanto produtores culturais e artesãos vivem de pires nas mãos, enquanto a memória e o patrimônio desaparecem, enquanto educação e cultura pouco interagem nas redes públicas de ensino?

É preciso, de fato, formar gestores, como já o fazemos, para que a execução das políticas culturais não seja um marco de descontinuidade, fisiologismo, abandono, desperdício e improviso, à margem do interesse público e das metas estruturantes do Plano Nacional de Cultura, do qual fui coautor, e seus associados estaduais e municipais.

É essencial, portanto, nesse momento em que se encontra ameaçado nosso projeto de nação soberana, onde educação e cultura devem ter papel estratégico, que nos pautemos pela sinergia, pela convergência, por antigas e novas utopias, pela transversalidade na análise da realidade e suas desigualdades, na busca de indicadores que cheguem ao governo central da república e à sociedade, sim, fazendo-os reavaliar a formulação e a execução de políticas públicas visando a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Não se faz qualidade de vida apenas com transferências de renda, ainda que tenhamos começado por esse caminho, mas com cidadania e, essencialmente, com educação, cultura, meio-ambiente, democracia direta, formação cidadã e a mudança clara e objetiva das estruturas seculares, que geram a pobreza e

a desigualdade, a exclusão e a discriminação, ainda vigentes, da colônia à república das elites e das oligarquias.

É necessário avançar, indo além das políticas sociais e a favor da igualdade e da redução da pobreza, pois vimos recentemente quanto nossa república não foi capaz de responder à superação das velhas estruturas, dos vícios que geram a desigualdade.

Falo da recente e grave seca tão fortemente sentida nessa região. Inaceitável que num país com diversos ministérios para a área agrícola, para os recursos hídricos e a integração nacional, com empresas e bancos públicos, nacionais e regional, com secretarias de estado e de municípios no mesmo segmento, ainda sofra, de forma drástica, a pior seca dos últimos sessenta anos. Inaceitável.

Estudos há. Relatórios, estudos acadêmicos e referências científicas nos sobram nessa questão. O que nos faltou foi transformar tais vetores em novas políticas públicas, lastreadas em orçamentos efetivos, imunes ao ajuste e ao contingenciamento, como expus no artigo intitulado **“Seca: A calamidade é outra”**, em 29 de outubro de 2012 (<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/10/29/seca-a-calamidade-e-outra>).

A hegemonia das velhas e novas oligarquias no aparelho de Estado, sobretudo no Congresso Nacional, cuidou de impedir que isso acontecesse, da mesma forma como ocorreu com as propostas de reforma agrária nos anos de 1960, como Furtado revelou em um dos capítulos de seu livro **“Um longo amanhecer”**, de 1999.

São muitos os nossos desafios e, mais uma vez, conjugando o que a FUNDAJ já foi capaz de fazer, haverá provocação maior a responder.

Com clareza precisamos ajudar revelar e combater as causas da elevada e progressiva taxa de homicídios de nossa juventude. Mais da metade do total desses, em nosso país, está ausente do ensino médio, seja para buscar a sobrevivência por meios legais, seja pelo sequestro de seu futuro pela ação do tráfico e da criminalidade. Que relação há entre economia informal, a juventude no mercado de trabalho, o abandono do estudo e a violência? Novas interfaces e perguntas em campos que a FUNDAJ já estudou, e que está provocada a responder, podem incidir na execução ou reformulação das atuais políticas públicas de emprego e juventude.

A FUNDAJ aceita esses desafios e quer apoio, quer recuperar seus quadros, de pesquisadores e servidores técnico-administrativos. O impacto dessa recuperação, revelado ao ministro da Educação no dia 27 de maio passado, da ordem de R\$ 15 milhões/ano, é, em sã consciência, irrisório, frente ao tamanho de vários indicadores econômicos do país. Seja na dívida ativa tributária federal, seja no impacto de apenas 0,5% de aumento da SELIC na dívida pública, um ônus anual 133 vezes maior que aqueles encargos sobre o tesouro nacional.

Por isso, vamos lutar por essa recuperação, levando à mesa do governo federal o impacto que produziremos para o país em ciência, educação e cultura, à luz dos dispêndios que passaremos a gerar ao tesouro nacional. Temos urgência em vários campos e em todos os nossos campi.

O acervo de Josué de Castro está sob nossa responsabilidade e precisamos tratá-lo para que a sociedade possa dispor dele. Nossa biblioteca está sem internet, nosso acervo precisa ser cuidado. Logo teremos mais uma sala de cinema que funcionará neste auditório e temos o desafio de, com ela e com nosso Centro Audiovisual, incidir na formação de professores para que desenvolvam plenamente as possibilidades oferecidas pela Lei

13.006/2014, da qual fui relator, com o uso do cinema na educação.

Agradeço a presença de todos e todas nesse ato de posse, sobretudo aos servidores dessa Casa pela compreensão com nossos primeiros passos, de conhecimento e aprendizagem na FUNDAJ, desde abril. Agradeço aos companheiros dos movimentos sociais do campo e da cidade, aos militantes políticos e culturais, aos meus colegas do Departamento da Educação Física da UFPE, solidários a minha vinda para cá, agradeço aos militantes educacionais de tantas lutas históricas. Agradeço sobretudo àqueles com quem caminhei em muitas jornadas e que, fiéis à construção do direito à moradia digna e do direito à cidade, reescrevem essa história e a redimensionam com o Ocupe Estelita, nesse Recife de comunidades e movimentos de nomes emblemáticos na luta urbana, como Brasília Teimosa, Terras de Ninguém, Entra-a-Pulso, Chico Mendes, entre outras.

Daqui vejo muitas pessoas conhecidas de longas datas, mas outras não posso vê-las. Sei que estão na primeira fila. Maria Laura Santiago Ferreira, minha querida Luri. Foi servidora pública dos Correios, atriz e cantora popular do final dos anos de 1930 e dos primeiros anos de 1940, em Fortaleza, e também no Recife, ainda que por pouco tempo, e que me trouxe ao mundo em 1955. Sei que com ela está Rubem Ferreira, também servidor público, através de quem, pela primeira vez, antes mesmo de chegar à Universidade, ouvi referências a Paulo Freire, Marx e Celso Furtado.

Agradeço ao Professor Fernando Freire, ex-presidente da FUNDAJ, pelo diálogo, disposição de apoio, acolhida, pelos esclarecimentos e sugestões que me fez, mas o agradeço, em especial, pelos esforços e pelas conquistas que produziu com todos e todas vocês quando de sua passagem nesta Casa.

Agradeço o apoio de meus irmãos, Ricardo Rubem, hoje de plantão como Auditor da Fazenda Pública de Pernambuco; de Alexandre, arquiteto, músico e artesão, que está aqui; e de Verônica, a caçula, que mora na Bahia, e certamente a essa hora deve estar sossegada, no seu emprego suave, de quase vinte anos, como Psicóloga, com PHD em rebeliões, no presídio de Ilhéus.

Agradeço, pelo apoio de sempre, aos meus filhos Luisa, cirurgiã vascular em São Paulo; Mateus, o mais novo mestre em Belas Artes do país; e Vitor, que alguns aqui conheceram sexta-feira passada. Agradeço a todos que me ajudaram a passar pela vida pública até hoje, em minhas assessorias parlamentares, na interlocução e no diálogo que me proporcionaram até aqui.

Agradeço a confiança da presidente Dilma Rousseff e do ministro Renato Janine Ribeiro em nossa capacidade de fazer a FUNDAJ avançar e se consolidar como instituição de relevância nacional. E mais uma vez agradeço o diálogo, nessa caminhada até aqui, com Armando Monteiro Neto, Humberto Costa, Tereza Leitão e Manoel Dias.

Por fim, agradeço a solidariedade que tenho recebido de Anamaria Vital, que me atura há cinco anos, especialmente durante a transição, de outubro de 2014, até aqui e que hoje não pode estar presente por motivo de viagem a trabalho. Um agradecimento especial também àqueles desta Casa que, a partir de um telefonema, ainda em 2014, me fizeram acreditar que poderíamos estar juntos nessa empreitada.

Muito obrigado.